

Proposta à Constituinte

Aposentadoria antecipada

12 MAI 1987

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

aut p 12

ESTADO DE SÃO PAULO

12 MAI 1987

Cerca de 40% das propostas encaminhadas individualmente pela população à Constituinte pedem redução do tempo de trabalho para efeito de aposentadoria. As diversas categorias profissionais preferiram fazer a mesma reivindicação isoladamente e diretamente às subcomissões específicas, e não à de Saúde e Seguridade Social que, em tese, é a que tratará do assunto, por entenderem que assim terão mais chances de aprovação de suas pretensões. Os professores, por exemplo, já beneficiados com aposentadoria especial aos 25 anos de serviço, querem reduzir este tempo para apenas 20 anos, enviando a sugestão à subcomissão de Educação. E assim aconteceu com as demais categorias profissionais, que contaram com o apoio de muitos constituintes.

Mas se depender do relator da subcomissão de Saúde, Seguridade Social, Ecologia e Meio Ambiente da Constituinte, deputado Carlos Mosconi (PMDB-MG), este tipo de proposta não será aprovado. "Não aceitarei privilégios" disse ele ontem, manifestando-se totalmente contrário às aposentadorias precoces e especiais, e favorável à limitação da idade para concessão do benefício. Mosconi disse que sobre esta questão deverá prevalecer na nova Constituição o tipo de trabalho e a média de sobrevivência do trabalhador.

Ele entende que só os trabalhadores de atividades comprovadamente penosas, perigosas e insalubres devem aposentar-se antes dos 55 anos de idade. E é o que proporá. O ministro Raphael de Almeida Magalhães e os técnicos da previdência social pensam da mesma forma que Mosconi e esta manifestação está ex-

pressa no anteprojeto de reforma do sistema previdenciário, que deverá ser enviado este mês à aprovação do Congresso Nacional. Se tiver que privilegiar alguém, Mosconi disse que estes serão os trabalhadores rurais.

SISTEMA ÚNICO

Mosconi admitiu que a iniciativa privada na área da saúde terá de ser suplementar e submeter-se às diretrizes estabelecidas pelo setor público, se quiser participar no sistema único de saúde, proposto pelo movimento sanitarista. Dentro desta ótica, o Ministério da Previdência Social, na nova Constituição, ficará responsável apenas pela seguridade social (aposentadorias, pensões e auxílios diversos). Mosconi considera esta idéia excelente, pois todos os recursos hoje aplicados pelo Inamps em assistência médico-hospitalar (Cz\$ 52 bilhões) poderão ser aplicados exclusivamente em seguridade social.

Pela proposta dos sanitaristas, a União, os Estados e os municípios deverão encampar a saúde da população, destinando-lhe não menos que 10% do Produto Interno Bruto (PIB). Até chegar este percentual — hoje está em torno de 4% —, a Previdência continuaria ajudando no financiamento da saúde, retirando-se gradativamente, à medida que for aumentando a participação do PIB no setor.

Na área de Ecologia e Meio Ambiente, a tendência, segundo Mosconi, será pela criação de mecanismos na nova Constituição que impeçam a devastação e a poluição ambiental, prevalecendo um equilíbrio entre o desenvolvimento do País e a preservação do meio ambiente. Se esta Constituição fosse elaborada há alguns anos atrás, ele está certo de que a usina nuclear de Angra dos Reis não seria construída.